

AGUIAR MAZULA

Extratos duma entrevista relativa à participação dos italianos no processo de Paz, por um dos membros da equipe de negociadores por parte do governo.

Projecto: Moçambique da Guerra e Da Paz (2016)

Moçambicano

P.: Além dos problemas políticos houve bastante conflitualidade entre a governação e os grupos religiosos. Pode falar-nos desses problemas?

AM: Sim, esse é um dos problemas quando nós estamos a discutir o Acordo Geral de Paz, nós sentimos um pouco isso.

Quando eclode a guerra, os primeiros movimentos contra a guerra foram os movimentos dos religiosos, sobretudo os Católicos. Eu digo, sobretudo os Católicos, porquê? Porque havia uma certa proximidade, diríamos, dos dirigentes de então com as Igrejas Protestantes, na medida em que Mondlane e outros foram Protestantes. Então, eram vistas como Igrejas de progresso, Igrejas positivistas, Igrejas Nacionalistas, enquanto a Católica não.

Mas quando há Guerra, com o começo da Guerra, a Igreja Católica começa a fazer algum trabalho e eu sei que, creio que foi em 1975, há uma tentativa dos Franciscanos se aproximarem do Presidente Samora, para o encontro entre a RENAMO e Samora e o Presidente Samora não aceitou esse encontro.

Seguiram-se as cartas pastorais, algumas fortes... Lembro-me, na altura, de uma pessoa que eu sempre admirei que é o Dom Manuel Vieira Pintoⁱ, de Nampula, que eu conheci na minha juventude, ele foi aquele que trabalhou muito para a Igreja, também fez as Cartas Pastorais, atacando o Governo.

A FRELIMO teve sempre o grande problema, um pouco por causa da Concordataⁱⁱ, creio que foi de '40, em que enfim, a Igreja Católica era a Igreja do Estado Português. Então isto dificultou muito o pensamento da FRELIMO na luta de Libertação Nacional.

P.: Apesar dos problemas internos a posição do Papa teve um efeito muito positivo para a Paz. Qual é a sua opinião?

AM: Sim, eu penso que foi o Papa Paulo VI que fez esse primeiro encontro. Mas eu penso que tanto a Guerra Fria, como o nosso processo de Paz, tem de ser olhado muito lá para trás - o Papa João Paulo II, teve a sua mão, sobre o fim da Guerra Fria, visita Cuba e depois visita Moçambique. O Papa dava sinais da intervenção da Igreja. E também nos anos 1970/ 1980, a Igreja Católica, através das suas encíclicas, também começa a ter uma visão diferente do que devem ser as autonomias, as Independências dos Estados. Então há uma viragem, enquanto eles também condenam, diríamos, alguns passos do Socialismo/Comunismo. Mas eu penso que o João Paulo II trabalhou bastante para a questão da Paz.

P.: Depois de muitos contactos com as organizações religiosas e sendo a RENAMO o vosso adversário, porque demorou tanto tempo a dialogar sobre o caminho para a Paz?

AM: Sabe, eu entro no processo das negociações mais tarde. Primeiro tinha informações, mesmo ao nível do Governo, era tratado por um grupo pequeno. Aos outros eram apenas dadas informações ligeiras, o que criou um problema para nós, porque nós queríamos saber mais. Houve, portanto, vários encontros na África do Sul, houve o Acordo de Nkomatiⁱⁱⁱ, houve estas iniciativas dos padres protestantes, Dom Jaime^{iv}, etc.

Nós não tínhamos muita informação sobre isso, mas eu tenho uma reflexão sobre essa questão. Penso que o grande problema foi de não querer aceitar... [dialogar com a RENAMO], por causa do Nacionalismo, são características do Nacionalismo... “Somos independentes e devemos conversar com alguém importante”. Esse alguém importante – o epicentro – era a África do Sul. Tínhamos que conversar com a África do Sul... “A África do Sul é que nos vai trazer a Paz, porque a África do Sul é que faz o financiamento... O *apartheid* e a África do Sul é que conhecem os canais de onde vêm outros apoios do Ocidente para a RENAMO. Então o nosso interlocutor válido tem que ser a África do Sul”. E este foi o grande erro, eu acho que foi uma grande falha. Porque a negociação também exige dar e receber e uma certa humildade. Eu digo isso porquê?

O primeiro encontro que eu tenho com o Vicente Ululu^v, em Roma, na região de Rocca di Papa, ele olhou para mim – estava eu e mais alguém – e ele diz assim: “Até que enfim... Vocês descobriram que nós existimos e querem dialogar connosco”.

Então isso mostrou para mim que, de facto, os centros de negociação, os centros para onde os dirigentes iam procurar opções de Paz, não eram reais, eram falsos. Era preciso encontrar os verdadeiros protagonistas da guerra.

P.: A vontade de Dom Dinis Sengulane^{vi} para que houvesse um encontro entre ministros e a oposição, em Nairóbi não se concretizou. Quais as razões?

AM: Os italianos insistiam sempre em Roma com um termo deles, chamado *fiducia*. É confiança, não é? E se olharmos para a plataforma, ou olharmos para o desenho geopolítico que todos esses traçaram, eu penso que vamos ver que não havia confiança. Não houve nenhuma confiança, talvez por serem fases embrionárias, não houve sinais de confiança de que o Governo e os próprios religiosos tivessem admitido a RENAMO. Eu penso que era um grupo de religiosos acompanhados de alguns oficiais subalternos e isso não é nenhuma confiança que se dá a uma Guerra de 16 anos onde se morre muita gente. Eu penso que ainda existia na nossa mente, que só através de Governos como África do Sul, Rodésia, etc., é que nós poderíamos resolver os problemas.

P.: O Presidente Mugabe^{vii} acalentou a ideia de resolver o problema em África, mas foi em Roma que o assunto começou a ser resolvido. Porquê?

AM: Como sabe houve uma altura que a RENAMO retirou o Presidente Mugabe da sua lista de confiança. Isso pressupunha que o conflito fosse resolvido ao nível de África, que era um pouco uma teoria da OUA, que os conflitos da África deviam ser resolvidos em África. A RENAMO não tinha confiança. Eu penso que a Europa não foi tanto por ser Europa. A Europa foi [solução] na medida em que houve uma intervenção da Igreja. Eu penso que esse é que é o grande milagre do processo de Paz, não é porque tenha sido feito em Roma, mas porque lá em Roma está a cabeça da Igreja, que se transformou num elemento de confiança. No primeiro dia da abertura das nossas negociações, o apelo foi feito no sentido de que “Vamos deixar o que nos divide para olharmos para aquilo que nos une”. Este é um elemento forte de confiança.

P.: Pode falar-nos das suas memórias pessoais do seu envolvimento no processo de Paz até Roma?

AM: Sim, eu penso que há um problema muito sério agora para nós todos que é o desenvolvimento da cibernética, não é? Das técnicas e da aquisição de informação, muita informação. Eu tive a sorte de estar a viajar bastante naquela altura, como Secretário de Estado viajei várias vezes para a Europa, sobretudo para a Suíça e aqui na zona. E eu conseguia ter a informação, jornais, com as pessoas que estavam lá, sobre a realidade do nosso país. E considerava muitas vezes que o excesso de informação criava problemas até ao próprio Estado, o problema de controlo do Estado sobre a sua sociedade, porque a informação passa também a eleger actores não-governamentais, dar maior capacidade. E nesse sentido, quando viesse para aqui também era procurado por pessoas amigas que falavam sobre esta guerra da RENAMO, “Mas será esta guerra? Como é que vai acabar?” mas era assim, em circuitos fechados, que era uma coisa não aceitável na altura, fazer isso, mas sempre se discutia a propósito de um café, de uma cerveja, de um bom vinho, com essas pessoas. E havia vontade, as pessoas pressionavam “Olha, se puderes encontrar soluções lá fora, tens de fazer”.

O primeiro encontro que eu tive foi numa conferência no Zimbabwe. Havia um grupo de indivíduos ingleses e franceses que tratava de um tema de desarmamento, eles chamavam, desarmamento moral. Eu não sabia o que era isso e eles convidaram a mim, por acaso e acho que, não sei se foi de propósito ou não, era o único Africano. Estava no hotel, eu perguntei; “Ah, isto é um movimento que nós temos na Europa, tem por objectivo reduzir o impacto de problemas que afectam a Europa: o problema da droga, o problema de imoralidade, etc., etc. porque são focos de conflitos, futuros conflitos na Europa”. Olhei para aquilo e pensei: “Bom, isto aqui não me diz respeito”.

Fui à Suíça, encontrei-os de novo, tivemos um jantar numa daquelas Serras e ali estiveram também alguns da América Latina, Jamaicanos. Então nós começamos a falar, estava lá um Padre. Começamos a falar da guerra de Moçambique e o Padre convidou-me a fazer uma visita a Itália, a Roma. Houve um feriado e eu, por uma questão de rebeldia, que isto era uma rebeldia mesmo, quer dizer, não se devia fazer, mas fui sem pedir autorização aos meus chefes, fui a Itália e lá encontrei-me com várias pessoas e depois me apresentaram um jovem, o Dom Matteo^{viii}. E começamos a falar da guerra “Mas sabes que é possível tratar o problema da guerra do país...” Mas como? “Se quiseres podemos tratar disso”. Eu fiquei com muitos problemas em olhar para essa questão.

Voltei e simulou-se um convite para uma Conferência que não existia, sobre emigração, em Pisa. Então eu peço ao Presidente Chissano: “É uma conferência muito importante, sobre emigração”. Eu como estava na área do Trabalho disse: “Tenho de ver isso porque tenho emigração aqui da África do Sul”. Vou para lá, não havia nenhuma Conferência, mas encontrei-me com uma senhora Vietnamita, que esteve nas discussões de França e Vietname por causa da Guerra, que é a Madame Binh^{ix}, que chegou a ser Vice- Presidente da Assembleia da Republica do Vietname, que me dá o historial de como é que se faz a discussão, como é que se faz um acordo para o processo de Paz.

Estive lá dois ou três dias, ela era uma velhinha, eu até muitas vezes ajudava-a a subir as escadas. Ela deu-me uma imagem do que foi o Vietname, do que foi a guerra, como chegaram às conversações, quais são os passos, quais são os aspectos melindrosos que há, mesmo para a pessoa: “Olha, se tu entrares, sem saber, no fim és capaz de ser um bode expiatório, mas tens de fazer esse processo”. Eu disse “Está bom, eu vou informar isso ao Presidente Chissano, que há esta questão”. Lá me deram algumas garantias: “Vais ser apoiado no âmbito financeiro, alojamento, etc, etc, não há problema quanto a isso”.

E então eu voltei a Moçambique. Precisava informar ao Presidente Chissano, hesitei, até que numa tarde eu decidi que “Bom, eu vou.”. Porquê? Porque de facto havia Delegações que tratavam disso aqui, que eram chefiadas pelo General Veloso^x, Sérgio Vieira^{xi}, Teodato Hunguana^{xii} e outras pessoas. Então eu comecei a pôr-me numa balança, que tipo de peso teria, naquele contexto, eram pessoas fundadoras da FRELIMO, que já vêm da luta, que expressão eu teria, um simples Secretário de Estado?

Tive coragem, o Presidente chamou-me eu informei-o. O Presidente não respondeu, apenas tomava nota: “Mas quando é que foi isto?” “Está bom, eu já ouvi”. E acabou o encontro assim.

P.: Como evoluiu, depois da sua proposta ao Presidente Chissano, o grau do seu envolvimento nas conversações de Roma?

AM: No dia seguinte, qual foi o meu espanto, à mesma hora, à tardinha ele convidou-me para a Presidência, no Palácio da Ponta Vermelha. Chego e afinal estava, na altura, o *Bureau* Político reunido numa sala. Eu cheguei, fiquei à espera e depois vem alguém e diz “Podes entrar para a sala”. Eu entrei para a sala, de pé, como o protocolo mandava e o Presidente Chissano, a primeira coisa que disse foi: “És capaz de dar aquela informação que tu me deste ontem por completo?” Então eu dei a informação, na altura estava lá o Presidente Chissano, o Marcelino, todo o *Bureau* político e eu dei a informação: “Aconteceu isto, tal e tal, há disponibilidades para se fazer esse encontro em Roma, inclusivamente ter-me-iam perguntado se eu, naquela altura, podia permanecer por alguns dias em Roma para me encontrar com um dos elementos da RENAMO. Eu declinei, disse que não posso fazer isso... Mas tenho essa informação e vim cá”.

Dei essa informação e mandaram-me para fora. Começou o debate lá dentro. Só soube do debate mais tarde, por um dos elementos do *Bureau* Político que me disse o seguinte “Tivemos um debate aceso e eles perguntaram: “Mas agora que linha é essa? Como é que esse elemento entra aqui e tal, etc.” Uma das decisões, segundo a pessoa que me informou, era de “Está bom, já ouvimos e vamos excluir esse elemento da linha. O Mazula sai, agora vamos encontrar uma outra forma de seguir.” Mas houve vozes, como em todas as organizações, lá dentro, que disseram: “Não, isto é errado, porque este elemento trouxe-nos esta informação, toda esta informação que foi, na prática feita por ele. Seria bom que nós continuássemos com ele até algum tempo. Então, agora vamos trabalhar para termos um documento, uma realidade oficial. Porque o que ele fez são *démarches*.” E pronto. Decidiu-se lá dentro: “Este continua por enquanto, até que a gente obtenha o *agreement* e depois então vamos ver o que fazer com ele.”

Depois, saíram os membros do *Bureau* Político, o Presidente Chissano chamou-me e disse-me: “Através da linha do teu contacto, vais fazer duas missões. A primeira é: Procura falar com o Papa em Roma, para ele dar garantias de que é possível fazer o encontro com a RENAMO, discutir o problema da Paz e a segunda é: Procura encontrar-te com o Primeiro-ministro do Governo Italiano, para saber dele, se também há disponibilidade para esse apoio. E você vai.” E acrescenta: “Você leva o dinheiro suficiente para trinta dias porque geralmente as audiências a esse nível, em qualquer parte do Mundo, quando a gente chega, as agendas estão preenchidas.” Eu estranhei porque eu tive alguma formação rápida de protocolo burocrático e geralmente quando a pessoa sai, a gente leva uma carta do Governo a dizer: “Vai aí o fulano tal...” Mas ele diz: “Não, você vai.”

Bom, por isso que eu digo que era um teste... Eu chego a minha casa, começo a pensar e então telefono para o Dom Matteo e digo “Eu agora estou mal, porque o Presidente fez-me estas propostas para ver o que é que eu faço”. Ele disse: “Eu respondo-te”.

Sant’Egídio é na verdade uma ONG, que está sobre a *umbrella* do Vaticano, porque há alguns aspectos que o Vaticano não pode fazer e então resolve através dos seus braços, das congregações, das ONG.

E ele diz: “Tu podes vir, não tens problema. Vens.” Na altura havia aqueles voos de Sábado para a Europa, então faço o voo no Sábado e no Domingo chego a Itália, a Roma e no mesmo dia tenho uma audiência com o Cardeal Casaroli^{xiii}. O Cardeal Casaroli pôs a questão: “Há duas coisas: ou tu queres falar com o Santo Padre e ele está nesse momento na Polónia e tens de ir para lá, ou então falas comigo. E eu perguntei ao Presidente Chissano, que disse: “O Casaroli é Chefe de Estado do Vaticano, é a segunda pessoa, para mim não há problema.” Mas ele ficou admirado com a rapidez.

No dia seguinte, há um problema protocolar que o Cardeal Casaroli me conta. É que ele tinha para as nove horas um encontro marcado com o Presidente Português Mário Soares. Mas

depois de receber esta questão, ele adiou, passou o meu encontro para as nove e o do Mário Soares para as onze, diz que considerou a questão de Moçambique e da guerra importante, etc.

Então lá fui recebido por ele. Disse-lhe: “O meu Presidente quer saber se há garantia suficiente para a Igreja apoiar as conversações com a RENAMO, etc., e ele diz: “Sim, vamos apoiar. E se você quiser, você fica aqui, eu vou ver se alguém traz um elemento da RENAMO. Mas há uma coisa: vais dizer ao teu Presidente Chissano que o Papa esteve aí [em Moçambique] e houve compromissos de devolução dos bens da Igreja. Esse processo de devolução é muito lento e nós estamos preocupados. “Vai dizer ao Presidente que queremos que ele ponha a sua mão para acelerar este processo”. E eu disse: “Mas ele também disse eu tenho que falar com o Primeiro-ministro”; “Está bom, vais falar, não há problema. Vais ao Hotel e depois vais receber orientação do que deves fazer”.

Conversámos e tive a sorte, de ele chamar um Arcebispo para me mostrar o Vaticano. Mostrou-me algumas zonas que não são permitidas visitas a pessoas que não sejam Chefes de Estado e disse-me: “O teu Chefe de Estado esteve aqui, mas vários chefes não visitaram essas zonas por onde tu vais visitar, porque gostamos de ti...”. E o Arcebispo mostrou-me, de facto, alguns quartos que eram considerados secretos ou proibidos de entrar.

Voltei para o Hotel e à tardinha no mesmo dia, telefono para o Presidente Chissano “Já consegui um encontro com o Cardeal Casaroli”, ele disse-me: “Já conseguiste? Assim tão rápido?

No Hotel, então, eu recebo uma informação a dizer que Primeiro-ministro Andreotti^{xiv} estaria disponível na quarta-feira de manhã, por volta das oito, eu deveria estar com ele, para tomar um café e propor a minha questão.

E assim aconteceu, na quarta-feira de manhã por volta das oito, o Primeiro-ministro Andreotti recebe-me e eu ponho a questão e ele diz que “Por acaso, eu conheço o teu Presidente, que é um Presidente jovem, muito sábio, muito claro e a iniciativa dele é boa. Diz a ele que o Governo Italiano vai fazer tudo por tudo para apoiar as conversações em Roma. Não há problema nenhum.”

Eu chego no Hotel, telefono ao Presidente Chissano “Já está, já está” e voltei [para Maputo]. E foi assim então que depois se decide o começo das conversações. Mas primeiro, antes disso, o Presidente Chissano ainda me faz um outro pedido: Para fazer o primeiro encontro com um elemento da RENAMO. Eu viajo de novo, mas aí já estava com mais dois funcionários do Governo. Vamos a Roma e faço o primeiro encontro com o Vicente Ululu.

Lembro-me que havia um pormenor muito interessante que os que nos acompanhavam, os da Igreja estavam com receio de que houvesse um conflito entre nós, mas tivemos um almoço bom e falámos sobre o processo de Paz. Eu alertei de que estávamos preocupados com a morte das pessoas, a destruição da economia. O Ululu disse que estava bem, que tinha consciência da morte das pessoas e da destruição da economia, tinha consciência de que nós devíamos discutir, porque as duas partes eram responsáveis por tudo o que estava acontecendo no país.

P.: De todas estas personalidades que contacta também inclui Dom Jaime?

AM: Antes das negociações numa das minhas viagens, aconselharam-me a falar com Dom Jaime^{xv}, porque Dom Jaime estava com algumas marcas na relação Igreja-Estado, então que era bom ele ouvir, porque como eu estava a dizer, essa questão dos religiosos irem para o Quénia, aquilo estava hierarquizado. A Igreja Católica estava lá, creio eu, mas com alguma marginalização, por causa do conceito que eu já me referi aqui da *fiducia*, confiança, não é?

Então eles acharam que seria bom que Dom Jaime ouvisse directamente de um membro do Governo quais seriam as intenções do Governo. Eu sabia que ele tinha também essas marcas. Bom, nós organizámos uma sala no Aeroporto Charles de Gaulle, eu encontrei-me com ele. Eu apresentei-me: “Eu sou do Governo, sabia que estava a trabalhar para o processo de Paz, que seria útil juntar-se a nós para fazer este processo.” Apenas na relação Igreja-Estado e também

um pouco na relação pessoal, porque o sistema anterior foi violento para a Igreja, chamaram-lhes antinacionalistas, comprometidos com o Governo de Salazar, quer dizer, ignorantes. Isso é o que também mais os feriu porque os padres têm uma formação muito grande, nos domínios da Sociologia, Religião, etc. e foram considerados ignorantes, analfabetos...

Então aquilo marcou pessoas sensíveis, um deles foi o Dom Jaime. Ele esteve com algumas dúvidas sobre a questão, mas disse “Está bom, trata-se de um plano de Paz”. Ele acreditava muito na dignidade humana, por ser religioso, disse que ia ver. Então eu disse “Olhe, está bom”. Como eu estou aqui a Excelência é capaz de não acreditar muito bem, mas eu vou organizar um encontro em minha casa com alguns membros do Governo, vamos ter um almoço e vai saber decidir e depois vamos ver o que vai acontecer.

De facto, eu organizei um almoço em minha casa, convidei alguns membros do Governo e eu propus-lhe de estarmos algumas horas para trazer Dom Jaime a uma confiança antes do encontro com o Presidente Chissano, porque o meu objectivo era pôr os dois a falar. E, bom, tivemos o encontro, os meus colegas foram bastante abertos, aceitaram algumas críticas que o Estado fazia à Igreja, etc. Passámos em revista um pouco da história da FRELIMO no que tange a relação com a Igreja Católica.

E pronto, fui pedir ao Presidente Chissano para o receber e o Presidente Chissano recebeu-o. O que eu soube mais tarde é que os dois não ficaram assim muito convencidos, nem o Dom Jaime ficou convencido do que o Presidente dizia. Porque também ele se fechou. Também o Presidente Chissano se queixou de que Dom Jaime se tinha fechado, mas tinham chegado ao consenso de alguns pontos.

P.: Esse seu encontro com Dom Jaime foi antes ou depois do célebre encontro dele na Gorongosa com Dhlakama?

AM: Não, foi antes. Foi antes das negociações, porque nós ouvimos, durante o processo de negociação, essas visitas que Dom Jaime fez. Dom Jaime teria feito uma viagem, inclusivamente teve alguns problemas com a avioneta, etc. Mas se ele fez anteriormente, isso eu não sei, mas sei que depois ele fez. Mas Dom Jaime, como Igreja e eu também, tenho aí alguma informação que mesmo Sant'Egídio, como Igreja, se preocuparam na libertação de alguns padres e freiras que foram raptadas, ou foram apanhadas durante a guerra e fizeram *démarches* para encontrar a RENAMO, agora não sei se é com Dhlakama, ou não.

P.: Pode contar-nos o processo de escolha do chefe de Delegação às negociações de Roma?

AM: Há um episódio muito interessante. Ele mandou criar duas Delegações: uma que devia ser a RENAMO, a outra do Governo e eu era o representante da RENAMO, fazia o papel da RENAMO. Mas essa reunião, no primeiro dia, desfez-se, porque foi um pouco dura, um pouco extemporânea, digamos assim.

Então, à saída de uma das salas, como estava a dizer, o Presidente Chissano desabafa, disse “Mas, agora a quem que eu vou designar para chefe da Delegação?”. Então é quando eu sugiro que a Delegação que havia devia cessar funções, vamos entrar numa nova fase e eu sugeria que fosse o Ministro dos Transportes.

A razão, primeiro, era uma razão hierárquica. Porque o *Bureau* Político tinha aquelas hierarquias, era o Presidente Chissano, acho que depois era o Marcelino dos Santos, o Chipande e aquele que me parecia estar mais próximo e capaz, mas não só isso, é que ficou. É preciso ver que havia uma transição do pensamento, diríamos – entre aspas – Marxista, que a gente já tinha, para uma visão Ocidental. Também foi um processo de transição. Ainda havia o mito de que o Guebuza interpretava melhor... e que era uma pessoa humana. Então, bom, eu achei que deveria ser ele a fazer isso.

P.: Pode fazer-nos uma apreciação do primeiro encontro das Delegações em Roma?

AM: Eu olhava para a Delegação anterior, chefiada pelo Veloso, não sei se o termo é este, mas eu considerava uma Delegação sem muita representatividade, havia só gente proveniente de Maputo e havia gente que, na minha opinião, lhes faltava um pouco uma dose antropológica. Achava que são pessoas muito ligadas à própria FRELIMO, era preciso encontrar alguém que também olhasse para a FRELIMO e dizer: “Bom, isto aqui não dá, tem que se corrigir”.

Então eu, na altura, fazia sempre essa critica, que a nossa delegação enferma desses aspectos. Olhei para a nossa Delegação com um olhar diferente, mais benigno, porque na nossa Delegação estava o Guebuza, que é do Sul do país, o Teodato que é do Sul, estava o Embaixador Madeira que era do Centro, estava eu do Norte. Não se punha muito o problema do peso eleitoral que a gente tinha, mas tínhamos um peso de representação regional. As pessoas olhavam e diziam: “Bom, esse vem do Norte, é capaz de saber, mais ou menos, o que é que essa gente do Norte pensa”.

Depois tive um conflito com o Embaixador Madeira. Nós tínhamos um lema, dizíamos que: “Nós vamos trabalhar para que no resultado final, não haja vencidos nem vencedores.” É interessante que este termo vem mais tarde... Mas quando nós vamos para Roma, eu e o Embaixador Madeira, tínhamos dito que “Nós temos um papel importante, porque os dois que estão ali, o Guebuza e o Teodato vêm da luta da Libertação Nacional, nós não somos da Luta de Libertação Nacional. Então nós somos, diríamos, o fiel da balança, vamos tentar... Fizemos isso, mas depois eu tive problemas por causa dessa questão. E porquê, também? Porque, enquanto decorriam as negociações, nós recebíamos telefonemas de pessoas, do Norte e do Centro do país, mesmo quando viéssemos para aqui: “Cuidado, vocês... Isto está mal...”. Claro que nós não dizíamos ao Chefe da Delegação, nós sabíamos qual seria a reacção, porque mais tarde, no fim, também tivemos alguns conflitos de protagonismo, quer dizer, levantou-se o problema de protagonismo entre nós, então não foi tudo mar de rosas.

Na altura, tentei olhar para algumas teorias de um teórico Italiano Gramsci^{vi}, que falava sobre dirigentes orgânicos, que são aquelas pessoas que, independentemente de terem o poder ou não, têm um certo reconhecimento, uma certa afinidade. Então eu considerava que esta nossa Delegação tinha mais ou menos esses contornos de representatividade. As pessoas diziam “Bom, estão aí” e foi positivo e eu penso que o Presidente Chissano pensou nessa Delegação, dessa maneira, com esse objectivo, para se conseguirem os resultados. E eu penso que foi nesse sentido também que ele mais tarde me nomeia Ministro da Defesa, não foi porque eu tivesse sido um bom Ministro, mas talvez para um certo equilíbrio.

P.: Na sua opinião, a fórmula encontrada para estas negociações, que alguns chamam de “fórmula mágica”: uma ONG, um representante da Igreja, um do governo e os representantes dos dois beligerantes, constituiu um dos factores decisivos para o sucesso das negociações de Paz?

AM: Bom, na altura, eu sabia e acho que é a mesma realidade. As melhores organizações de pacificação no Mundo são Americanas por causa da experiência que têm das guerras na Ásia. Sempre se organizaram melhor para fazer a pacificação, são os melhores. Aparecer agora esta forma, de facto, diria que é mágico.

Mas temos que ver que alguns analistas, sociólogos que eu encontrei na vida e li, eles encontram algumas respostas, talvez no domínio teológico, primeiro. Eles olharam para Moçambique e viram que, apesar da FRELIMO negar a realidade religiosa, os Moçambicanos são profundamente religiosos, estão muito ligados à certeza do depois de amanhã, do que vai acontecer, do além. E também notam que, mesmo dentro da FRELIMO, apesar de se fazer esse tipo de discurso, as suas acções são essas e é uma coisa interessante sobre essa realidade.

Quando morre o pai do Presidente Samora, nós fomos dar os pêsames, eu fui lá com alguns colegas, fomos apresentar os nossos pêsames ao Presidente Samora. O Presidente Samora diz assim: “Olha, eu não vou enterrar o meu pai como se fosse um animal. Têm que organizar um

Pastor e vai-se cantar”. Nós ficámos a pensar: “Agora o que é isso de um Presidente que...” mas disse, taxativamente isso a nós e assim aconteceu. Eu só estive na casa dele, não fui ao Funeral, mas aconteceu isso. Dá a indicação de que, de certa maneira, também os elementos que estavam na FRELIMO eram religiosos. Podemos ver isso um pouco no salto que o Chissano dá, depois do processo de Paz, ele é um fiel acérrimo à Igreja, tem um lugar agora permanente na Catedral. Este é o primeiro argumento.

P.: Embora alguns o neguem, confirma que a maior parte dos líderes da FRELIMO receberam educação dos missionários?

AM: Mas mesmo muitos... Mesmo alguns que negaram, estudaram com padres. Essa é uma explicação. A segunda explicação, como eu estava a dizer, a Igreja, na sua linha máxima do Papa, teria feito já essas acções, desde o Papa Paulo VI. O Cardeal Casaroli disse-me, que quando o Papa recebeu o Presidente Chissano, na conversa, depois que o Presidente Chissano saiu, o Papa teria dito às pessoas que estavam lá: “Eu falei com aquele líder, aquele político e não encontrei nada de comunismo, de conhecimento sobre o socialismo ou comunismo”.

Pôs a questão, o problema dos fundamentos, quando eu tenho uma convicção, tenho de ter fundamentos e esses fundamentos não existiam na apreciação do Papa. Havia qualquer eclipse.... Então este é o segundo argumento.

O terceiro é que a população notou também que os que fizeram esforço para acabar com a guerra foi a Igreja e meteu-se em lugares difíceis, fazendo isto ou aquilo, sobretudo a Igreja Católica. Não sei se em oposição à acusação anterior de que a Igreja Católica pertencia à vontade do Governo Português, mas a verdade é que os Católicos, desde a primeira hora se empenharam a fazer isso. Então, esta organização mágica funcionou porque tinha por detrás esses pressupostos, de acções religiosas, enfim, etc. Penso que foi por causa disso.

P.: Como analisa a teia de relações entre as partes negociantes, sobretudo o papel da Igreja?

AM: Bom, estas são as minhas especulações. Na prática, o centro do processo de Paz, para mim, é a Igreja vamos lá dizer – entre aspas – a velha raposa manhosa. Apercebeu-se que o contacto com a FRELIMO só com a Igreja seria difícil, então foram eles que escolheram o Raffaelli^{xvii}.

Antes de Sant’Egídio já a Igreja tinha feito várias acções em diferentes países, sobretudo na Ásia, na Ásia Central, vamos lá dizer assim, no Médio Oriente. Já tinha alguma experiência sobre isso. Por outro lado, eu penso que o Primeiro-ministro Andreotti era profundamente Católico, pois a rapidez com que o nosso encontro de Roma foi feito, expressa a relação íntima que existia entre o Vaticano e o Primeiro-ministro.

O Primeiro-ministro Andreotti também era uma velha raposa, já era a quarta vez que, desde a Segunda Guerra Mundial, que era Primeiro-ministro, mas era profundamente católico, acho que ele até pertencia a um Partido, já não me lembro do nome, ligado à Democracia Cristã. Então foi isso que facilitou muito a vida.

Como diz, é verdade que todos os processos foram organizados por Sant’Egídio e aqui o grande mérito vai para o próprio Dom Matteo. Eu nunca vi uma pessoa tão paciente, muito paciente. De todos, o mais paciente e insistente. Sabe que depois, nessas negociações, há sempre gente a falar mal deste e daquele, ele ouvia tanta coisa, mas vinha com o mesmo sorriso, como se não tivesse ouvido nada, extraordinário.

P.: Qual foi a metodologia de negociação usada e que, aos poucos, foi criando relações de confiança entre as partes?

AM: O que nós fazíamos, sobretudo na primeira reunião, era o reconhecimento das partes. A RENAMO tinha que reconhecer o Governo, reconhecer o Estado da FRELIMO e era essa a nossa exigência, aliás era umas das exigências que vinha nos tais pontos.

Eu depois nas minhas investigações e estudos fui saber mais dessa teoria dos pontos, de onde é que vem afinal? Já vem desde a segunda Guerra Mundial, que também eles faziam os pontos, sobretudo Churchill^{xviii} era muito hábil a fazer essas coisas.

Também me lembro de que houve um encontro secreto aqui em Moçambique, de alguns Embaixadores comigo, quer dizer também me procuravam, com a Melissa Wells^{xix}, que também ia “vender” ao Presidente Chissano uma proposta de Sete Pontos. Então estava com ela, em casa dela e ela disse: “Veja lá esses pontos” duma forma informal, quer dizer, havia muito trabalho que até fugia ao Controle da Delegação e talvez do próprio Estado. Deviam saber que existia, mas não conseguiam localizar exactamente.

Então, o que é que se fazia? Nós entrávamos numa plenária e às vezes não nos entendíamos na plenária. Então interrompíamos e ficavam os mediadores encarregados de fazer uma proposta. Então faziam uma proposta.

Aquilo é muito interessante, por detrás de Sant’Egídio, que é uma ONG, existe uma capacidade de teóricos, professores e intelectuais, extraordinária. Mas eu conheci alguns, falava com eles. Eles elaboravam propostas, sobre o primeiro tema: o reconhecimento do Estado. Então vinham ao encontro do Governo e outros iam ao encontro da RENAMO, iam discutir, depois vinham tentar uniformizar o documento para ser um documento único e depois íamos discutir aquele documento. Levava duas ou três semanas para tirar algumas palavras, como se dizia que as palavras tinham o poder da intuição. E foi sempre assim.

Poucas vezes, não quer dizer que não tivéssemos, mas poucas vezes tivemos plenárias. Os nossos plenários eram para irmos concordar com o documento final, porque os documentos eram na prática, aprovados nos hotéis. Nós estávamos nos hotéis, eles vinham, de vez em quando vinham com a Troika^{xx}, porque levantava-se um problema teórico ou de experiência, então podia vir um embaixador para contar uma experiência de um determinado país sobre o mesmo assunto, ou eles próprios vinham.

P.: A discussão das posições iniciais das partes foi muito demorada e muito polémica? Tratava-se do reconhecimento da legitimidade de cada uma das partes certo?

AM: Sim, mas se olhar para os armistícios, quer dizer, quando acabam as guerras, geralmente o detentor do poder, neste caso a FRELIMO, vai para o argumento mais simples: que é o cessar-fogo.

Eu penso que, eu mesmo se estivesse do lado da oposição, mesmo se fosse a FRELIMO, nunca iria, porque isto é uma casca de banana. Neste intervalo havia tanta proposta, da amnistia e outras tantas propostas que não reflectiam nenhuma confiança. Por exemplo, é o mesmo que aconteceu agora, nesta guerra de dois anos. Não existem garantias suficientes para a outra parte dizer que “Vamos para o país e ninguém vai nos prender”.

De facto, como diz, isso levou muito tempo, mas sempre achei isso irrelevante, para mim, achei mais um discurso, diríamos, uma retórica para atrasar, porque a verdadeira discussão era: A RENAMO reconhece Moçambique como Estado liderado pela FRELIMO e eles, em contra parte, exigiam que também os reconhecêssemos a eles como um Partido, como alguém que está a fazer a guerra com uma certa legitimidade e isso levou muito tempo. Levou mais de seis meses.

P.: Pode dizer-nos como eram feitas as consultas entre os membros da Delegação e as autoridades do Estado sobre pontos controversos?

AM: De vez em quando o Presidente Chissano poderia telefonar para um de nós, mas o Presidente Chissano falava directamente com o Ministro dos Transportes, o Armando Guebuza,

com o chefe da Delegação sobretudo, talvez por uma questão de obediência e hierarquia. Havia esse sistema, até tínhamos lá alguém que tratava dos sistemas de comunicação, via rádio, para o Presidente Chissano, ali não havia problema. Nós parávamos quando houvesse impasse entre as duas Delegações, ou necessidade de reflectir melhor.

Por exemplo, eu lembro-me que só uma vez no nosso seio, houve um problema de sistema de representação. Entre nós havia posições opostas, uns que eram pelo sistema maioritário^{xxi}, outros que eram pelo sistema proporcional^{xxii}, e também a RENAMO discutia isso. Como nós não estivéssemos de acordo entre nós, então o Presidente Chissano mandou-nos voltar “Venham reflectir isso connosco”. Eu lembro-me que tivemos uma sessão de Conselho de Ministros em que o Presidente Chissano pôs a questão: “Essa Delegação está dividida, vamos tomar uma decisão do Governo. Há a posição de representação maioritária, foi-se buscar todas as experiências que há, todos os teóricos e há a representação proporcional.”

Humildade à parte, o elemento que discordava com a posição maioritária era eu. Eu disse que não concordava com a posição e o meu argumento era simples. Aliás, posso dizer, não concordando, mesmo lá, organizou-se um encontro em Roma com um Professor universitário, um Constitucionalista, para explicar qual era a diferença entre eles e o Professor foi lá explicar que “As vantagens são estas, as desvantagens são estas, mas para o vosso caso eu – dizia ele - acho que vocês têm esse caso de representação proporcional. Temos a experiência da Suíça, a experiência da Bélgica e de outros países.” Era uma representação que se presta a acomodar organizações em conflito, segmentos em conflito.

E chegámos aqui [a Moçambique], mesmo assim, os meus colegas não concordaram com isso. Viemos para aqui, o Presidente põe o problema, não se pronunciou, apenas disse: “Eu quero ouvir” e diz: “O Ministro Mazula, tem essa opinião, tal e tal e a outra opinião é tal e tal “

É interessante que eu ainda tenho os nomes das pessoas, de há vinte e tal anos atrás. É o então Vice Ministro dos Transportes, Rui Lousã, que teria dito “Mas, nós estamos a negociar para quê? Para fazer a Paz. Então como é que nós queremos ficar com tudo? Eu acho que a posição do Mazula é a mais correcta, por enquanto, nós vamos formar uma representação [proporcional]... o pouco que eles tiverem no Parlamento, eles ficam com um pouco, mas ficam integrados no sistema de partilha do poder... [melhor] do que a gente ficar com tudo e eles, de novo...”

Havia aquela convicção de que nós iríamos ficar com tudo, naquela altura, o povo estava connosco, o povo era FRELIMO, aqueles *slogans* que nós fazíamos na altura. Eu já tinha levado antes algumas “pancadas” de alguns Ministros, mas veio também o Magid [a apoiar] e vieram mais, eu acho, mais três pessoas e o Presidente Chissano pegou no martelo e bateu: “Vamos para a representação proporcional”. E assim foi. Tivemos que voltar. Como sabe, nas segundas eleições, se não fosse este sistema proporcional, nós teríamos perdido as eleições.

A RENAMO também aceitou porque eu acho que eles também tinham os seus assessores, porque o problema que se pretendia, aquilo que eu dizia que o nosso consenso foi de uma vitória sem vencidos, sem vencedores, no sentido de que é preciso também arrastar as pessoas para a partilha do poder.

P.: Na parte final das negociações a Delegação Moçambicana foi ficando cada vez maior. Tal deve-se à necessidade criada pelo aumento de trabalho ou, segundo alguns, para dar satisfação às várias sensibilidades da FRELIMO?

AM: Eu acho que a Paz mediada pela Igreja, deve ter sido, um pouco, um espinho na garganta de algumas pessoas, por causa de todo aquele passado e era necessário, depois no fim, diluir, dizer que esses não existiram. Na minha óptica, como havia um protagonismo dos protestantes, no princípio... e agora vinha a Igreja Católica. Essa é a minha opinião pessoal, era preciso retirar isso, o que eles fizeram.

Então, por exemplo, eu lembro-me de algumas pessoas, de algumas religiões que apareceram em Roma, que eu conheço, são pessoas que não sabiam absolutamente nada, você não podia falar com elas sobre o processo de Paz, sobre a realidade de Paz, mas apareciam ali em nome de uma organização religiosa para fazer isso. Eu penso que foi isso.

...

Então, no primeiro dia, familiarizaram-se, jantaram juntos e depois só ouvíamos dizer que estavam a almoçar no sítio tal. Nós estivemos em Roma, não houve um único dia em que as duas Delegações estivessem sentadas numa sala de jantar, o tal problema da *fiducia* que falei, acho que o Ministro dos Transporte Guebuza teve um ou dois jantares promovidos pelo Dom Matteo, para aproximar mas, como Delegação, dizer “Vamos confraternizar,” não, nunca houve. Portanto, esta questão de oposição foi sempre até ao fim.

P.: Como interpreta a participação de outros actores internacionais e representantes de governos nas negociações?

AM: Talvez voltando um pouco para os mediadores, também eles passaram por fases de promoção. Primeiro foram observadores, como sabe, depois é que passaram a ser mediadores.

Bom, como eu analiso, eu acho que houve consciência, o Presidente Chissano era um diplomata. Contrariamente a muitos discursos do passado, Moçambique não era uma ilha, Moçambique fazia parte, ou faz parte, duma comunidade de outros países. Isto, digo, faz parte também dos seus aspectos de relacionamento político, económico, social. Era preciso olhar um pouco para a esteira económica de Moçambique, para a esteira política, para a esteira dos apoios e também era preciso, na altura, também ter a garantia de que toda a solução que eventualmente viesse, tivesse este apoio da comunidade internacional. Então organizou-se aquilo que se chamou *Troika*. São os observadores que apareceram, estiveram os Ingleses, porque os Ingleses tinham interesses, ou ainda têm interesses aqui, os Americanos, havia interesses estratégico-políticos, ligados a várias coisas, ao Porto de Nacala, à proximidade de Moçambique com os países Árabes, quer dizer, toda esse problema geopolítico, também entrou para ali. Também estavam os franceses, enfim...

Eu olhei para isso como um aspecto positivo e de garantia para as partes, o acordo seria, diríamos, “carimbado”, de uma maneira talvez espiritual, por esses países: “Nós confirmamos que vocês estão agora em Paz e que vamos trabalhar.”

Em segundo lugar, acho que se pensou um pouco no alavancar da Economia. Veja que aconteceram fenómenos interessantes quando acaba a Guerra Fria, penso eu. É que nós ficamos sem padrinhos. Mas também a própria RENAMO ficou sem padrinhos, não é? Porque a Rodésia se tornou Independente e o *apartheid* ia acabar e nós vínhamos de uma economia socialista, era preciso encontrar capitais do Ocidente. Então isso foi bom.

Outra vantagem, que eu penso que nos trouxe no terreno, é a experiência que aqueles países têm de pacificação, quer dizer, não lhes foi alheio todo o conjunto de dificuldades que a RENAMO apresentava, nem a FRELIMO, quer dizer, a RENAMO recusar-se a aceitar “Vocês não são Estado”, eles entenderam, perfeitamente isso e trataram de encontrar uma aproximação. E também eles entendiam as exigências da RENAMO e fizeram aproximar as partes, penso que isso foi positivo. Estávamos sempre com eles a darmos as experiências e eles circulavam.

P.: Com a presença do Presidente Chissano, nos últimos dias, houve uma precipitação nos trabalhos, o que nos leva a crer não terem sido acautelados ainda todos os objectivos das negociações da Paz. O que pode comentar sobre este assunto?

AM: O que eu penso e eu estive lá: Eu senti de certa maneira que depois Dhlakama vem, sem ninguém esperar e ele é pressionado, não é? Porque o Presidente Chissano, depois de estar à

espera utilizou a sua diplomacia e convidou Chefes de Estado para virem participar da assinatura e isto foi muito forte, na minha opinião, para o para o Presidente Dhlakama.

O Presidente Dhlakama, como sabe, tinham-se realizado antes alguns encontros, nesses países do Botswana e Zimbábue, provavelmente ele teria assumido alguns compromissos que deveria honrar. Então, resultou nisso, nessa pressa toda, que mais tarde, como a gente vê, Dhlakama começou a reclamar o seu lugar também na polícia.

A experiência que eu tenho é que quando se forma o Governo, depois das primeiras eleições, nós não tivemos problema nenhum na defesa, porque na defesa nós partilhamos o poder. Podia haver alguns problemas entre as forças e o Ministro, mas o Ministro estava ali para dizer que não, inclusivamente o que eu dizia muitas vezes é que nós éramos um instrumento pedagógico, devíamos trabalhar para integrar nas Forças Armadas as forças da RENAMO, naquilo que se chamava de Exército Normal. Então era preciso formar, havia por exemplo, generais e outras patentes, nós tínhamos que os transformar dum General de Guerrilha, para um General das Forças Armadas. Eu penso que a situação continuou positiva, sem problemas, até que no mandato do Presidente Guebuza se decide pela reserva dos oficiais da RENAMO. Começa o conflito. Eu penso que seria o mesmo, seria positivo na polícia, nós deveríamos ter alguns elementos na polícia, sim porque com o controle do Governo, penso que não haveria receio nenhum de fazer isso. A experiência foi essa que nós tivemos.

P.: Afirmou que o elemento essencial é de construir a confiança entre as partes, *fiducia*. Como explica que após dois anos de conversações e chegados a esta data, constata-se que a confiança não foi totalmente realizada?

AM: Eu concordo, perfeitamente, que nós não conseguimos estabelecer a confiança. Demos os primeiros passos nas Forças Armadas. Porque a confiança é substantiva, ela é material. Quer dizer, nós tínhamos passado do discurso para actos concretos, tínhamos de ter a presença nas Forças, do que são as Forças Armadas, na polícia e na Defesa, elementos da RENAMO, eu não vejo nenhum problema sobre isso e eu sempre defendi essa opinião.

Os italianos sempre insistiram na *fiducia*, na confiança. A confiança é um processo e este processo tem sinais. O que eu acho é que os nossos sinais não foram suficientes, demos os primeiros passos nas Forças Armadas, mas não demos continuidade, tipo progressão aritmética, onde temos que fazer sempre relações. Algumas pessoas dizem que durante o Presidente Chissano, ele tentou construir sempre alguma *fiducia*, quando o Dhlakama gritasse, onde estivesse o Presidente Chissano estava disponível e dizia: “Venha cá. O que é que tu queres?” e fomos fazendo os tais vinte anos, mais ou menos, desta forma. Mas agora mudou, a coisa mudou, eu penso que o desafio que tem o Presidente actual, o Presidente Nyusi, é retomar a *fiducia* e reconstruir.

Não era um segredo para ninguém que o Governo quando se organiza toma o poder, nas pastas da Administração, na prática, não temos ninguém da oposição. Então como é que nós fazemos a partilha do poder? Porque os que estão na oposição também são cidadãos Moçambicanos, têm direito aos recursos políticos, todos os recursos políticos que eles têm, recursos de serem eleitos, recursos económicos, recursos sociais. Todo esse conjunto são recursos políticos e devem estar ao serviço de todos.

ⁱ **Dom Manuel da Silva Vieira Pinto** (9 de Dezembro de 1923, Sanguinhedo, Amarante). A 27 de Abril de 1967, o Papa Paulo VI nomeou-o Bispo de Nampula, em Moçambique. Escreveu diversas cartas pastorais contestando a ocupação Colonial, destacando-se «Repensar a guerra» (Janeiro de 1974) e «Imperativo de consciência» (12 de Fevereiro de 1974). Aquelas cartas aliadas ao seu posicionamento em defesa dos direitos dos Moçambicanos, valem-lhe a expulsão de Moçambique, a 14 de Abril de 1974, tendo-lhe sido fixada residência no Cartaxo. Regressado a Moçambique no período pós-independência, continuou a bater-se pela dignidade, pelos direitos e pelas liberdades do povo moçambicano. Lutou pelo

fim da guerra entre a Frelimo e a Renamo, cujas atrocidades denunciou publicamente. Em 1984 é indicado para Arcebispo de Nampula. Entre 1992 e 1998 foi o Administrador Apostólico de Pemba. A 16 de Novembro de 2000 pede a resignação do lugar de Arcebispo de Nampula e regressa a Portugal.

ⁱⁱ A **Concordata** entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 1940, foi assinada no dia 7 de Maio de 1940, durante o papado de Pio XII e o Governo de Salazar, que oficializou as relações entre as partes e garantiu o privilégio da Igreja Católica em Portugal ser considerada a religião da Nação.

ⁱⁱⁱ O **Acordo de Nkomati** foi assinado em 1984 entre o Governo de Moçambique, liderado pelo Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do dito acordo concordaram em: (1) Deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul); (2) Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique). Apesar disto, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da RENAMO prosseguiram com a guerra civil em Moçambique até que em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, apoiado pela Comunidade de Santo Egídio.

^{iv} **Dom Jaime Gonçalves**, (Nova Sofala, 26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira, Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia. Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

^v **Vicente Zacarias Ululu**, quadro sénior da Renamo, juntou-se à guerrilha em Agosto de 1982. De 2009 até à data da sua morte, em 2014, vítima de ataque cardíaco, foi membro da Comissão Política. Foi deputado da AR desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994 até à sua morte. De 1995 a 2000, desempenhou as funções do segundo vice-presidente do Parlamento. De 2000 a 2005 foi membro da Comissão Permanente da AR.

^{vi} **Dom Dinis Salomão Sengulane** (5 de Março de 1946) é o bispo Moçambicano anglicano da Diocese dos Libombos e antigo presidente do Conselho Cristão de Moçambique. Este clérigo esteve envolvido nas negociações de Paz que puseram fim à Guerra de desestabilização de Moçambique.

^{vii} **Robert Gabriel Mugabe** (Kutama, Harare, 21 de Fevereiro de 1924) é o actual presidente do Zimbabwe. Lidera o país desde 1980, primeiro como Primeiro-ministro e, desde 1986, como Presidente com poderes executivos.

^{viii} **Dom Matteo Maria Zuppi** (Roma, Itália 11 de Outubro de 1950), é um padre católico italiano da comunidade de Santo Egídio actualmente arcebispo da arquidiocese de Bolonha.

^{ix} **Nguyễn Thị Bình** (26 de Maio de 1927) é uma líder vietnamita que negociou na Conferência de Paz de Paris em nome do VietCong, ou Frente Nacional para a Libertação do Vietname do Sul. Após a Guerra do Vietname, foi nomeada Ministra da Educação da República Socialista do Vietname. De 1982 a 1986 foi membro do Comité Central do Partido Comunista do Vietname e desde 1987 até 1992 foi Vice-Chefe do Departamento Central de Relações Exteriores do Partido. A Assembleia Nacional elegeu-a duas vezes para o cargo de Vice-Presidente da República Socialista do Vietname em 1992-1997 e 1997-2002.

^x **Jacinto Veloso**, General na reserva, nasceu e cresceu em Lourenço Marques, hoje Maputo. No início de 1963, juntamente com João Ferreira, abandonou Moçambique com destino a Dar-es-Salaam, na Tanzânia, pilotando um avião da Força Aérea Portuguesa e tornando-se membro da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Após a independência de Moçambique, ocupou vários cargos governativos do país. Dirigiu a comissão intergovernamental que negociou a assinatura do Acordo de Nkomati com o regime de Pretória e trabalhou activamente no processo da procura da Paz para a África Austral.

^{xi} **Sérgio Castelo Branco da Silva Vieira** (Tete, Moçambique, 4 de Maio de 1941) é um político moçambicano e poeta. Licenciado em Ciências Políticas, participou na Luta Armada de Libertação Nacional, dirigiu o Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. Após a independência do de Moçambique, exerceu o cargo de Governador do Banco de Moçambique e de Ministro da Segurança.

^{xii} **Teodato Mondim da Silva Hunguana** (1946) é a e político moçambicano. Ocupou vários cargos ministeriais nos Governos de Samora Machel e Joaquim Chissano, foi Deputado da Frelimo na Assembleia da República e foi Juiz do Tribunal Constitucional.

^{xiii} **Agostino Casaroli** (Castel San Giovanni, 24 de Novembro de 1914 - Roma, 9 de Junho de 1998) foi um cardeal italiano da Igreja Católica Romana. Foi Secretário de Estado do Vaticano de 1979 até 1990.

^{xiv} **Giulio Andreotti** (Roma, 14 de Janeiro de 1919 — Roma, 6 de Maio de 2013) foi um Líder do Partido Democrata-Cristão Italiano e foi Primeiro-ministro nos períodos de 1972-1973, 1976-1979 e 1989-1992. Desde 1991 era senador vitalício, por nomeação presidencial.

^{xv} **Dom Jaime Gonçalves**, (26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira, Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia.

Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

^{xvi} **Antonio Gramsci** (Ales, 22 de Janeiro de 1891 — Roma, 27 de Abril de 1937) foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Foi membro-fundador e secretário-geral do Partido Comunista da Itália. Gramsci é reconhecido, principalmente, pela sua teoria da hegemonia cultural que descreve como o Estado usa, nas sociedades ocidentais, as instituições culturais para conservar o poder.

^{xvii} **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o governo italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a Renamo.

^{xviii} **Winston Leonard Spencer-Churchill** (Woodstock, 30 de Novembro de 1874 — Londres, 24 de Janeiro de 1965) foi um político conservador e estadista britânico, famoso principalmente por sua actuação como Primeiro-ministro do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial. Ele foi Primeiro-ministro Britânico por duas vezes (1940-45 e 1951-55). Orador e estadista notável, ele também foi oficial no Exército Britânico, historiador, escritor e artista. Ele é o único Primeiro-ministro Britânico a ter recebido o Prémio Nobel de Literatura e a cidadania honorária dos Estados Unidos.

^{xix} **Melissa Foelsch Wells** (18 de Novembro de 1932, Tallinn, Estónia) é diplomata e ex-embaixadora dos Estados Unidos em Cabo Verde e Guiné-Bissau (1976-77), Moçambique (1987-90), Congo- Kinshasa (1991-1993) e Estónia (1998-2001).

^{xx} **Troika** ou tróica é a palavra russa que designa um comité de três membros. Em política, a palavra troika designa uma aliança de três personagens do mesmo nível e poder que se reúnem em um esforço único para a gestão de uma entidade ou para completar uma missão, como o triunvirato histórico de Roma.

^{xxi} No **sistema maioritário**, o candidato com o maior número de votos válidos - os destinados a candidatos ou partidos, excluídos os brancos e nulos - é o eleito.

^{xxii} A **representação proporcional** ou voto proporcional é um sistema eleitoral de vencedor múltiplo no qual a proporção de cadeiras parlamentares ocupada por cada partido é directamente determinada pela proporção de votos obtida por ele.